

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
CÂMPUS DOIS VIZINHOS

JULIANA GUYSS

**A VISÃO DE PROFESSORES E GESTORES DE DOIS VIZINHOS SOBRE A  
REFORMA DO ENSINO MÉDIO**

TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO

DOIS VIZINHOS  
2018

JULIANA GUYSS

**A VISÃO DE PROFESSORES E GESTORES DE DOIS VIZINHOS SOBRE A  
REFORMA DO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de conclusão do Curso Superior em Ciências Biológicas – Licenciatura, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Dois Vizinhos, como requisito parcial para a aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 2.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Luciane Kovalski

DOIS VIZINHOS  
2018



## TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso n° \_\_

**A visão de professores e gestores de Dois Vizinhos sobre a reforma do  
Ensino Médio**

por

**Juliana Guyss**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 16 horas do dia 23 de novembro de 2018, como requisito parcial para obtenção do título de Biólogo (Curso Superior em Ciências Biológicas – Licenciatura, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Dois Vizinhos). O candidato foi arguido pela banca examinadora composta pelos membros abaixo assinados. Após deliberação, a banca examinadora considerou o trabalho           **APROVADO**          .

(aprovado ou reprovado)

\_\_\_\_\_  
Leandra Schuastz Breda

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Mara Luciane Kovalski  
Orientador(a)  
UTFPR – Dois Vizinhos

\_\_\_\_\_  
Ana Caroline Kopper

\_\_\_\_\_  
Marciele Felippi  
Coordenador do Curso de Ciências  
Biológicas  
UTFPR – Dois Vizinhos

**“A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso”.**

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer antes de tudo a Deus, pela vida, pelos obstáculos que superei e pelos caminhos que me guiou para eu chegar até aqui.

Agradeço a minha família que sempre me ajudou e me apoiou. Não posso deixar de agradecer meu namorado, meu companheiro que sempre me incentivou para que essa etapa se concluísse.

Gratidão a minha orientadora Profa. Dra. Mara Luciane Kovalski, por todo apoio e paciência.

## RESUMO

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica e está organizado em no mínimo três anos, com carga horária mínima de 800 horas anuais em 200 dias letivos, e tem como objetivo aprofundar os conhecimentos obtidos no Ensino Fundamental. A Nova Reforma do Ensino Médio foi implementada como Medida Provisória n°. 746/2016 pelo presidente da república no dia 22 de setembro de 2016 e trouxe mudanças para a estrutura do sistema atual. O novo currículo está distribuído nas seguintes áreas: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional. Diante disso este trabalho objetivou analisar a visão da comunidade escolar (professores, diretores e um representante do Núcleo Regional de Educação) de Dois Vizinhos- PR sobre a Reforma do Ensino Médio em dois colégios Estaduais da rede pública de ensino. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, com a aplicação de questionários para três professores de Ciências e Biologia de dois colégios e realizada entrevistas para os diretores e representante do Núcleo Regional da Educação. Os resultados evidenciam que os professores não concordam com a Nova Reforma do Ensino Médio, o ensino precisa de mudanças, mas deve ser discutida e bem planejada antes de ser implantada.

**Palavras-chave:** Ensino Médio, Reforma, Educação.

## **ABSTRACT**

The High School is the final stage of Basic Education, being organized in three years, with a minimum working load of 800 hours per year in 200 school days. Where to deepen the knowledge obtained in Elementary School. The New High School Reform was implemented as Provisional Measure 746/2016 by President Michel Temer on September 22, 2016 that will change the structure of the current system. The new curriculum is distributed in the following areas: languages, mathematics, natural sciences, humanities and technical and vocational training. Therefore, this work aims to analyze the vision of the school community of Dois Vizinhos -PR on the Reform of Secondary School in two state schools of the public school system. The research is characterized as qualitative, will be applied questionnaires to three professors of Sciences and Biology of the two colleges and conducted an interview for the directors and representative of the Regional Nucleus of Education. Teachers do not agree with the New High School Reform, teaching needs changes, but should be discussed and well planned before it is implemented.

**Keywords:** High School, Reform, Education.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA.....</b>	<b>6</b>
2.1 ENSINO MÉDIO: UMA BREVE HISTORIA.....	6
2.2 PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO.....	9
<b>3 MATERIAL E MÉTODOS.....</b>	<b>12</b>
3.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	12
3.2 LOCAL DA PESQUISA.....	13
3.3 ANÁLISE DE DADOS.....	14
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>15</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>22</b>
REFERÊNCIAS.....	23
ANEXOS.....	27





## 1 INTRODUÇÃO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) “o Ensino Médio é a etapa final da educação básica.” (art. 36, Lei n. 9.394/96). Está organizado em três anos, com 800 horas anuais em 200 dias letivos.

O Ensino Médio tem como objetivo aprofundar os conteúdos adquiridos na Educação Fundamental, onde o aluno deve compreender e relacionar esses conteúdos ensinados pelos professores com o seu dia a dia, não somente estudar para passar em um vestibular.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, estabelecidas pela Resolução nº 02/2012 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (BRASIL, 2012) propõe a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura e consideram o trabalho como princípio educativo (CORSO, 2014).

A Nova Reforma do Ensino Médio vai mudar a estrutura do sistema atual, com uma grade mais flexível. A carga horária terá um aumento de 800 horas para 1400 horas anuais. As matérias obrigatórias nos três anos de Ensino Médio serão Português e Matemática e como língua estrangeira será Inglês (BRASIL, 2017).

A organização curricular do Ensino Médio tem uma Base Nacional Comum Curricular, que foi dividida na seguinte forma: Linguagens: A Língua Portuguesa, Língua estrangeira moderna, Arte e Educação Física; Ciências da Natureza: compreende a disciplina de Física, Química e Biologia; Ciências Humanas: compreende as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia (BRASIL, 2012).

O “notório saber” é medida de caráter excepcional para reconhecimento público de conhecimento e erudição. Propõe a certificação de conhecimento para professores da Educação Básica, em qualquer área do conhecimento, e para qualquer nível de ensino (BRASIL, 2017).

Este trabalho tem como objetivo analisar a visão de professores e gestores de Dois Vizinhos- PR sobre a Reforma do Ensino Médio em dois colégios Estaduais da rede pública de ensino.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 ENSINO MÉDIO: UMA BREVE HISTÓRIA

O Ensino Médio foi instituído no Brasil pelos jesuítas ainda no período colonial, estando sob a responsabilidade dos mesmos do século XVI até o século XVIII, uma vez que o reino português não custeava o ensino na colônia (QUEIROZ et al, 2009).

A Lei 4024/61 fixou pela primeira vez as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabeleceu que, “o ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário” (BRASIL, 1961).

Já em 1971 houve uma mudança com a Lei nº 5.692/71, onde o colegial passou a ser chamado de segundo grau com três anos de duração. Também as escolas deveriam fornecer uma qualificação profissional, de nível técnico com quatro anos de duração ou auxiliar técnico com três anos de duração (QUEIROZ, et al., 2009).

A educação profissional e o Ensino Médio têm sido foco de amplas discussões sobre a formação pretendida para a pessoa, cidadão e trabalhador em cada momento da história. À profissionalização tem-se atribuído um valor que pode corresponder tanto à formação de mão de obra para atender ao mercado quanto a um preparo que profissionalize, sob uma base consistente de saberes que proporcione o conhecimento e o desenvolvimento da cidadania. Estas características podem ser comprovadas na história da educação brasileira. Com a retirada da educação profissional do Ensino Médio, processo propiciado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9.394/96 ocorreu uma definição do novo sentido da educação profissional: a formação para o trabalho. Normatizada pelo Decreto no. 2.208/97, a educação profissional passou a ser desenvolvida nos níveis básico, técnico e tecnológico, evidenciando tanto uma fragmentação no preparo desta

formação como também uma ênfase na formação de contingentes para o mercado (CZERNISZ, 2013).

Visando a promoção de uma “escola jovem” e inclusiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio – elaboradas no Parecer CEB/CNE nº 15/98 e instituídas com força de lei pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução nº 3/98 – fazem a crítica da transmissão de conteúdos enciclopédicos e dos métodos tradicionais de ensino, buscando colocar o aluno no centro do processo de aprendizagem. Para tanto, propõem como princípios norteadores do currículo o desenvolvimento de competências básicas, a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos, que têm em comum o protagonismo dos alunos e da comunidade (NEUBAUER, et al., 2011).

O Ensino Médio foi configurado na LDB (Lei nº 9394/96) como a última etapa da Educação Básica, com três anos de duração, carga horária mínima de 800 horas distribuídas em 200 dias letivos. Esse fato novo se deu num momento em que a sociedade contemporânea vivia profundas alterações de ordem tecnológica e econômico-financeira (BRASIL, 1996).

A lei assegura o ensino médio como a etapa conclusiva da educação básica, com três anos de duração e com um mínimo de 2.400 horas de 60 minutos. O ensino médio, assim entendido, tornou-se constitucionalmente gratuito e também, por lei ordinária, “progressivamente obrigatório” (CURY, 2002, p. 181-182).

O desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas não só transformou a vida social, como causou profundas alterações no processo produtivo que se intelectualizou, tecnologizou, e passou a exigir um novo profissional, diferente do requerido pelos modelos taylorista e fordista de divisão social do trabalho. A sociedade contemporânea aponta para a exigência de uma educação diferenciada, uma vez que a tecnologia está impregnada nas diferentes esferas da vida social (DOMINGUES; TOSCHI; OLIVEIRA, 2000).

A educação possui função estratégica e deve ser tomada com o um a questão nacional e, por isso, exige a consolidação do Sistema Nacional de Educação que venha restabelecer a responsabilidade dos entes federativos e viabilizar que a União, em regime de colaboração, realize sua função de “...

coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” LDB, art. 8º (BRASIL, 2008).

Compreender a Reforma do Ensino Médio, portanto, exige que se elucidem as concepções, preenchendo o discurso lacunar, para que as intencionalidades decorrentes de interesses e visões particulares de mundo, próprias das diferentes posições de classe, venham à tona, e assim se possa exercer o direito de escolha por possíveis históricos que são necessariamente contraditórios, dentro dos limites da democracia possível (KUENZER, 2000).

O Ensino Médio, desde sua origem, sempre apresentou uma divisão entre aquele destinado a preparação para o ingresso no ensino superior, e aquele destinado ao mercado de trabalho, ou seja, o ensino constituía-se como um meio para alcançar uma dessas finalidades, não sendo visto como um fim, a formação básica. Contudo, ainda observa-se, principalmente na rede privada, a ocorrência da primeira função do Ensino Médio (SILVA, 2012).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1999), o Ministério da Educação – ao propor a reforma do ensino médio – procura atender às necessidades postas por um cenário de profundas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais de âmbito mundial. (MARTINS, 2000).

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho apontam para uma nova forma de relação entre ciência e trabalho, na qual as formas de fazer – determinadas com base em processos técnicos simplificados, restritos geralmente a uma área do conhecimento, transparentes e, portanto, facilmente identificáveis e estáveis – passam a ser substituídas por ações que articulem conhecimento científico, capacidades cognitivas superiores e capacidade de intervenção crítica e criativa perante situações não previstas, que exigem soluções rápidas, originais e teoricamente fundamentadas, para responder ao caráter dinâmico, complexo, interdisciplinar e opaco que caracteriza a tecnologia na contemporaneidade (KUENZER, 2000).

A reforma do Ensino Médio surge, no Brasil, portanto, como um dos itens prioritários da política educacional do Governo Federal, justificada pela necessidade de se adequar esse nível de ensino às mudanças postas “pela ruptura tecnológica característica da chamada terceira revolução técnico-industrial, na qual os avanços da microeletrônica têm um papel preponderante”

(BRASIL, 1999, p.7), bem como pelas novas dinâmicas sociais e culturais constituídas no bojo desse processo de mudanças (MARTINS, 2000).

O Ensino Médio não tem a obrigatoriedade de habilitar para o trabalho, mas tem as seguintes finalidades: consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, preparar para o trabalho e para a cidadania do educando, aprimorar o educando como pessoa humana, e permitir a compreensão de fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina.

Não obstante a trajetória da constituição do Ensino Médio e a proposta de uma nova finalidade para a educação básica, explicitando uma movimentação em direção à superação dessa dualidade, firmando-se objetivos amplos e voltados para a formação integrada do indivíduo, com a nova Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, nos colocamos em face da possibilidade de intensificação de uma concepção utilitarista do conhecimento, intensificando à dualidade estrutural do ensino, conforme detalharemos adiante (RAMOS, HEINSFELD, 2017).

## 2.2 PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO

A reforma do Ensino Médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do Ensino Médio. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho (BRASIL, 2000).

O Ensino Médio público brasileiro expandiu de forma significativa na década de 1990, mas a sua obrigatoriedade só foi efetivada em 2009, por intermédio da Emenda Constitucional nº 59/2009 (BRASIL, 2009), em que prevê a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos de idade.

Apesar da obrigatoriedade da oferta, o que não infere universalização nem democratização, o ensino médio tem que superar diversos desafios, como conteúdos a serem ensinados, formação dos professores, infraestrutura escolar, motivação para os alunos continuarem estudando, identidade e finalidade dessa etapa da educação básica, entre outros (RAMOS, HEINSFELD, 2017).

O novo currículo está organizado da seguinte forma (BRASIL, 2017).

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

A organização curricular do Ensino Médio tem uma base nacional, que foi dividida na seguinte forma, compreende a Linguagens: A língua portuguesa, a língua estrangeira moderna, Arte e Educação Física; Ciências da Natureza: compreende a matéria de física, química e biologia; Ciências Humanas: compreende as matérias de História, Geografia, Sociologia e Filosofia (BRASIL, 2017).

O “notório saber” é a inserção de profissionais que podem trabalhar com disciplinas que sejam afins com a disciplina oferecida pelo Ensino Médio, como um médico, por exemplo, poderá lecionar na disciplina de Biologia, devido à mesma fazer parte das Ciências da Saúde (SANTOS, 2017). Sua finalidade precípua é reduzir o déficit de professores da rede estadual de ensino, ampliando o contingente de profissionais “habilitados” (ARCHANGELO, 2017).

Art. 61. III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim; e IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins a sua formação para atender o disposto no inciso V (V – formação técnica e profissional) do caput do art. 36. (BRASIL, 2016).

Mesmo que esses professores sejam da área técnica da educação profissional, percebemos uma desvalorização em relação à formação de professores que passam 4 a 5 anos preparando-se de maneira específica para

atuar com conhecimentos pedagógicos e didáticos, pois a formação inicial é uma conquista garantida por lei, e isso abre a possibilidade de contratação de profissional de notório saber para toda a Educação Básica.

Percebe-se, então, que um profissional com “notório saber”, provavelmente utilizará essa oportunidade como uma forma de complementação de renda, de maneira muitas vezes descompromissada tanto com a escola, quanto com o aluno, não participando efetivamente do coletivo escolar (SANTOS, 2017).

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa qualitativa está mais relacionada com levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVERIA, 2009).

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), “pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. A pesquisa qualitativa supõe o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada (TENORIO; ALMEIDA, 2014).

#### 3.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada no período de julho e agosto do ano de 2018, na forma de questionários e entrevista. Os questionários foram respondidos por três professores de Ciências/Biologia. A entrevista foi respondida por dois diretores da Escola e um representante do Núcleo Regional de Educação.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201) questionário é “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador”. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que os participantes compreendam com clareza o que está sendo perguntado.

Entre as vantagens de se utilizar o questionário como método de coleta de dados, ainda de acordo com Gil (1999), este é um instrumento que possibilita atingir um grande número de pessoas, mesmo que dispersas.

Segundo Ludke e André (2012) a entrevista “representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, uma das principais técnicas de



trabalho em que quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais.” Para Barroso (2012) é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

### 3.2 LOCAL DA PESQUISA

Para tal foram aplicados os questionários para os professores e as entrevistas foram feitas para os diretores de dois colégios estaduais da rede de Ensino do município de Dois Vizinhos. São questões subjetivas (pessoais) assim o entrevistado fica livre para expressar suas ideias.

O Colégio A possui Ensino Fundamental, Médio e Profissional localiza-se no perímetro urbano, é mantido pelo governo estadual do Paraná e administrado por meio do Projeto Político Pedagógico – PPP, nos termos da Legislação em vigor, com aproximadamente cerca de 1.117 alunos matriculados regularmente.

O colégio B é um dos maiores colégios estaduais do município, estando nele matriculados aproximadamente 1.300 alunos, distribuídos em vários cursos ofertados, sendo eles: Ensino Fundamental - 6ª ao 9ª ano; Ensino Médio e Profissionalizante -Técnico em Informática, Formação de Docentes; Ensino Pós-Médio: Técnico em Informática, Formação de Docentes, Curso Pró funcionário para agentes educacionais I e II, Curso de espanhol (CELEM), Atividades Complementares de Dança, Música-Flauta e Coral, também desenvolve programa do governo federal, Ensino Médio Inovador e com recursos próprios oferece a Oficina de Futsal e Oficina de Teatro. Para o apoio educacional o colégio oferece as salas de apoio nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática (6º e 9º ano) (PARANA, 2011).

### 3.3 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados terá uma lente qualitativa, pois será focada de acordo com a percepção e de qual maneira os professores, os diretores compreendem a Reforma do Ensino Médio.

Os questionários e entrevistas foram analisados de acordo com a Análise de Conteúdo de Bardin (1977), sendo um conjunto de instrumentos metodológicos que se aperfeiçoa constantemente e que se aplica a discursos diversificados.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa resultou de um processo de investigação por meio de questionários e entrevistas realizadas com os professores de Ciências/Biologia, diretores das Escolas e representante do Núcleo Regional da Educação.

Para uma melhor compreensão da Reforma do Ensino Médio, são apresentadas as análises dos questionários e entrevistas separadas por tópicos e posteriormente analisados e discutidos. As respostas obtidas estão separadas em dois grupos: Eixo 1 – professores, Eixo 2 – diretores e representante Núcleo Regional.

### 4.1 RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

A Reforma do Ensino Médio é um tema pertinente, que deve ser discutido por todos os profissionais da educação, saber o que pensam a respeito, se tem conhecimento do assunto, se contrários ou favoráveis à mudança na educação brasileira.

Eixo 1 – Visão dos professores.

Neste eixo foram aplicados questionários para três professores, a primeira pergunta questionava a opinião sobre a Reforma do Ensino Médio. O professor A disse não ter nenhum conhecimento sobre a Reforma do Ensino Médio, já o professor B e C não são a favor da Reforma do Ensino Médio.

“Não concordo, com a mudança do Ensino Médio. Acredito ser necessário mudanças, mas eles devem corresponder as necessidades da formação do cidadão” (PROFESSOR B).

“Não concordo, quando a nova BNCC coloca Matemática e Português como matérias obrigatórias e as demais como optativas podendo ser realizadas online aтем mesmo” (PROFESSOR C). (SIC)

Segundo Neto et al ( 2017) o Ensino Médio realmente precisa de uma política clara e objetiva, mas não imposta (autoritária), como está ocorrendo atualmente no Brasil, pois o problema está na base. É preciso uma mudança em todas as etapas do ensino e as decisões acerca da reforma devem ter a participação de todos (estudantes, pais, profissionais e pesquisadores da educação, entre outros).

A segunda pergunta se referia sobre a organização da escola para o Novo Ensino Médio, o professor A não está sabendo de nenhuma organização para o novo Ensino Médio. Ambos os professores B e C, responderam que tiveram grupo de estudo no colégio para uma conversa sobre a proposta do Novo Ensino Médio.

Esses momentos onde todos os professores das escolas sentam para fazer um grupo de estudo e discutir sobre o assunto, para ver os pontos positivos e negativos da nova Reforma do Ensino Médio são de fundamental importância para que busquem por informações e formação dentro deste tema tão preocupante. Os encontros possibilitaram além das discussões e reflexões, uma rica troca de experiências.

A pergunta de número três se referia se a Reforma do Ensino Médio como esta proposta iria afetar a Disciplina de Ciências/Biologia e de que forma, o professor A e B disseram não ter nenhum conhecimento. Já o professor C respondeu:

“Sim com certeza uma vez que ela se tornará optativa presencial, os impactos serão o que nos de Biologia estamos nos indagando. Qual a Carga horária? Online sem contato professor aluno numa disciplina como Biologia” (PROFESSOR C).

Na questão de número quatro foi questionado aos professores se o “notório saber” é positivo ou negativo para o processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Santos (2017) a partir do momento em que estabelecem a possibilidade de estar presente nas salas de aula profissionais não licenciados com “notório saber”, praticamente anula-se todo o esforço e dedicação dos docentes que procuraram formar-se tanto em graduações, como com

especializações específicas direcionadas a cada licenciatura, ou seja, a cada disciplina específica que compõe o currículo do ensino médio.

“Positivo. Mais uma opção para as disciplinas que poucos profissionais formados” (PROFESSOR A).

“Positivo para suprir a demanda de professores” (PROFESSOR B).

“Negativo/ Positivo- dependendo do ponto de vista. Positivo quando colocarmos que é sempre com a participação de outros ramos da sociedade nas escolas. Negativo quando se pensa que um técnico poderá administrar aulas sem a carga didática sempre requerida em nossos cursos e de como serão selecionados “os notórios saberes”” (PROFESSOR C).

Segundo Neto (2017) muitos profissionais da educação consideram um retrocesso à contratação sem diploma na disciplina de atuação, porque a formação inicial (graduação) foi uma conquista garantida pela Constituição Federal/1988 e LDB nº 9394/1996.

A questão de número cinco questionava sobre a opinião do Ensino Médio em Tempo Integral. O Professor A desconhece como será implantado, mais diz que será interessante para a família. Dois professores citaram que não há infraestrutura suficiente para o Ensino em tempo integral.

“Não temos infraestrutura suficiente para se adequar com o Ensino Médio em tempo Integral” (PROFESSOR B).

“O Ensino Médio como o fundamental em tempo integral bate na infraestrutura de nossas escolas, não há espaço suficiente e nem suporte didático e financeiro o suficiente para se elaborar um bom trabalho” (PROFESSOR C).

Segundo Neto (2017) o problema do ensino brasileiro não está na quantidade de disciplinas que o jovem precisa estudar, mas na falta de estrutura de escolas/colégios, ou seja, a questão não pode ser centralizada na

mudança de currículo e desconsiderar as questões socioeconômicas existentes no Brasil.

A questão de número seis questionava se a Reforma do Ensino Médio é uma necessidade ou uma modernização para a educação. As respostas dos professores foram as seguintes:

“Enquanto o educando não tiver “fome” para adquirir conhecimento, não haverá reforma moderna ou necessária que traga resultado positivo” (PROFESSOR A).

“O Ensino Médio precisa de uma mudança mais não concordo com todos os pontos que estão nesta reforma” (PROFESSOR B).

“O Ensino Médio se eu pensar no aluno na reforma é uma necessidade repensa-la, porem precisamos enquanto professores, alunos e escola sermos ouvidos para daí organiza-lo juntos” (PROFESSOR C).

Segundo Ramos (2017) a Reforma do Ensino Médio, por meio da Lei nº 13.415/2017, aparenta não contemplar a diversificação do conhecimento para o preparo dos jovens brasileiros. Ela precisa ser discutida com a comunidade escolar, pois são esses que sabem as melhorias que precisam ser feitas.

## Eixo 2 – Diretores e representante do Núcleo Regional da Educação.

Neste eixo foram realizadas entrevistas com dois diretores, e um representante do Núcleo Regional de Educação com o intuito de conhecer o andamento da reforma do Ensino Médio. Conforme a entrevista na primeira pergunta qual era a opinião sobre a Reforma do Ensino Médio. O Diretor da escola B respondeu que precisa fazer uma reformalização, mais não sabe se vai ser boa ou ruim.

“Parece uma proposta bem fechada, documentos superfúlos, são fragmentos de documentos e isto é preocupante” (DIRETOR B).

Já o Diretor A respondeu que a Reforma não vai atender a necessidade básica dos conteúdos aos estudantes, onde estes não tem maturidade para fazer escolhas sobre qual itinerante eles devem seguir.

O representante do Núcleo Regional da Educação respondeu que “a primeira questão que coloco é a da legitimidade. Uma reforma do Ensino Médio precisa ser muito bem discutida pela sociedade e isso não ocorreu”.

“A origem da lei, uma medida provisória, já compromete uma parte significativa das possibilidades de sua implementação. Defendendo a revogação da Lei, no entanto, eu não estou dizendo que as coisas devem ficar como estão, mas que devemos abrir um amplo e urgente debate nacional para que possamos construir uma reforma com compromisso dos diferentes setores do Brasil, inclusive com a participação intensa de professores e estudantes. Os índices das avaliações externas sejam eles tanto do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que mede os conhecimentos de língua portuguesa e matemática, quanto do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), que mede os conhecimentos de língua portuguesa, matemática e ciências, são assustadores. Precisamos sim de uma reestruturação no ensino médio, mas para isso precisamos de amplo debate a nível nacional” (REPRESENTANTE DO NÚCLEO).

De fato, o ensino médio é atualmente a etapa mais problemática da escolarização, a que tem mostrado maiores dificuldades em cumprir suas atribuições e garantir o direito à educação básica para todos os brasileiros, como previsto na Constituição Federal.

Na segunda pergunta questionou-se sobre a organização da escola para a Reforma de Ensino Médio, os dois diretores falaram que só tiveram grupos de estudos e leitura de documentos para discutir a BNCC e a Reforma. O representante do Núcleo relatou que quando foi publicada a Medida Provisória seria estabelecida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em abril deste ano o documento foi encaminhado para o MEC, em julho foi retirado do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais assumiu com outros órgãos a continuidade e discussão ao documento, tanto é que em agosto,

passou por um processo nacional de consulta pública, o dia D. A participação dos educadores nesse processo é essencial para que o documento dialogue com as necessidades das escolas brasileiras.

Na questão de número três questionou-se sobre as mudanças que a escola terá que fazer para a adaptação do Novo Ensino Médio, o Diretor B disse que não sabe que mudanças irão acontecer mais ressaltou que não tem salas suficientes para ofertar o ensino em tempo integral, o diretor A disse não ter informações concretas. O representante do Núcleo de Educação também não sabe quais serão as mudanças concretas, mas, no entanto salientou que a valorização do professor em todos os seus aspectos: formativos, remuneratório e com condições de desenvolverem seu trabalho.

A questão de número quatro perguntou sobre quais áreas a escola irá ofertar. Tanto o diretor A como o B responderam a mesma coisa que não foi discutido sobre o assunto e que não sabem qual área a escola irá ofertar. O representante do Núcleo disse que o currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC e por itinerários formativos, as escolas serão orientadas pelo Núcleo Regional de Educação, que seguirá as normatizações da Secretaria de Estado da Educação.

Na quinta questão foi questionado sobre a contratação de professores com o notório saber, os três entrevistados responderam que não tem conhecimento sobre essa informação.

Na questão de número seis questionava sobre quais cursos profissionalizantes serão ofertados pela escola, o Diretor B falou que será ofertado o curso de Técnico em Informática e Formação de Docentes, o Diretor A disse que será ofertado o curso de Técnico em Administração. O representante do Núcleo Regional disse que no momento tem os cursos de Formação de Docentes, Administração e Informática.

Na última pergunta pedia quando se iniciará o Novo Ensino Médio, o Diretor A disse não tem uma data, mais acha que em quatro a cinco anos o novo Ensino Médio estará implantado. O Diretor B disse que não foi repassada nenhuma data. O representante do Núcleo Regional da Educação disse que de acordo com a Medida Provisória, as mudanças seriam implementadas somente a partir de 2018, no segundo ano letivo subsequente à data de publicação da Base Curricular. No entanto, somente a partir da homologação da BNCC (Base



Curricular Comum Nacional) do Ensino Médio pelo Conselho Nacional de Educação, é que teremos previsão de início, simultâneo ou gradativo.

De acordo com o site do Ministério da Educação a consolidação do Novo Ensino Médio depende da aprovação da Base Nacional Comum, encaminhada em abril para o Conselho Nacional de Educação. Nesse sentido, a previsão é que a proposta se efetive entre os anos de 2018 e 2019. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

A BNCC será obrigatória e irá nortear os currículos das escolas de Ensino médio. Após essa etapa, no primeiro ano letivo subsequente à data de publicação da BNCC, os sistemas de ensino deverão estabelecer um cronograma de implantação das principais alterações da lei e iniciar o processo de implementação, conforme o referido cronograma, a partir do segundo ano letivo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Após análise das respostas obtidas, podemos constatar que os professores e diretores não demonstraram ter um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, o que reforça a tese de que não houve uma discussão mais aprofundada, oferecendo mais detalhes e informações sobre a reforma.

## 5 CONCLUSÃO

Através deste trabalho foi possível verificar a visão de professores, diretores e Núcleo Regional de Educação sobre a Reforma do Ensino Médio.

Os professores e diretores são contra a Reforma do Ensino Médio, acham que este precisa de mudanças, estas devem ser discutidas com os profissionais da educação. Relataram que nos colégios foi feita a leitura da Reforma do Ensino, não tendo uma data para a mesma ser implantada nos colégios.

Nos dados coletados por meio dos questionários, podemos constatar que no geral todos conhecem a proposta de reforma do Ensino Médio. Alguns deles com mais informações do que outros, o primeiro professor que tem menos conhecimento sobre a Reforma, os demais conhecem de forma parcial, pois participaram das reuniões e discussões sobre o tema.

Diante disso, podemos analisar e refletir que esta mudança pode comprometer ainda mais a educação pública de nosso país e as desigualdades já existentes. Mostrar que o ensino será mais estimulante e atraente para o jovem e pode ser visto como um ponto positivo, visto que os níveis de desistência e reprovação tem se tornado um problema a ser superado.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. J.; RADO, C. S. As políticas educacionais para o ensino médio integrado no Paraná: limites e possibilidades. In VII congresso Nacional de Educação- EDUCARE, São Jose dos Pinhais. **Anais**, 2007.
- ALVES, M.J.; RADO, C.S. A Reforma da educação profissional no Paraná e as transformações do mundo do trabalho. In IX Congresso Nacional de Educação- EDUCARE, **Anais**, 2009.
- ARCHANGELO, A. “**Notório saber**” na educação desonera o Estado de sua **responsabilidade**. Carta Educação, fevereiro, 2017. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/artigo/notorio-saber-na-educacao-desonera-o-estado-de-sua-responsabilidade/>>. Acesso em 22 out de 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROSO, R. A. Instrumentos de pesquisa científica qualitativa: vantagens, limitações, fidedignidade e confiabilidade. **Revista digital EFDportes.com**: Buenos Aires, n. 172, Set, 2012.
- BOGDAN, R; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas, p. 15-80. In: **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Reestruturação e expansão do ensino médio no Brasil**. Brasília, Julho, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Medida provisória nº 746**. Brasília, MEC, 2016.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**: Parte I — Bases Legais. Brasília, 1999.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>>. Acesso dia 28 de set. de 2017

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Políticas de Ensino Médio. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=391&Itemid=375>.

BRASIL. **LEI Nº 4.024 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 24 de set. de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução nº02, de 30 de janeiro de 2012**. Brasília, 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em 08 de agosto de 2018.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 59/2009, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59). Acessado 20 de setembro de 2017.

CZERNISZ, E.C. Integração da educação profissional ao ensino médio no Paraná: das intenções aos resultados. Nuances. Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 1611-177, dez, 2013.

CORSO, A. M.; SOARES, S. T. O Ensino Médio no Brasil: dos desafios históricos às Novas diretrizes curriculares nacionais. **X ANPED Sul**. Florianópolis, out. 2014.

CURY, C. R. J. A Educação Básica no Brasil. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 23, n. 80, set. 2002, p. 168-200.

DOMINGUES, J. J.; TOSCHI, S.N.; OLIVEIRA, F. J. A reforma do Ensino Médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Revista de Ciência da Educação**. Campinas, v. 21, n. 70 p. 63-79, abri. 2000.

GERHARDT, T. E; SILVERIA, D. T. **Métodos de pesquisa**. UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LOBLER, L. M. et al. Acesso e uso da Tecnologia da Informação em escolas públicas e privadas de ensino médio: o impacto e resultados do ENEM. **Revista Eletrônica Sistemas e Gestão**. p. 67- 84.jul, 2010.

LUDKE, M. ANDRE, M. E. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. E.P.U, São Paulo, 2012..

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito o feito. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, Abril. 2000.

KUENZER, A. Z. Ensino Médio: construindo uma proposta para que vivem do trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, M. A. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio: Avaliação de documento. Cadernos de Pesquisa, nº 109, p. 67-87, março, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem\\_01](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01)> .  
Acesso em 18 de agosto 2018.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em:<  
<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/30000-uncategorised/40361-novo-ensino-medio-duvidas>> . Acesso em 18 de agosto 2018.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em:<  
<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>> . Acesso em 18 de agosto 2018.

NASCIMENTO, M. N. M. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. Revista Publicatio Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, Ponta Grossa, Paraná, v. 15, n.1, 2007.

NEUBAUER, R. et al . Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 92, n. 230, p. 11-33, jan./abr. 2011.

NETO, E.C; LIMA, E.M; ROCHA, A. C. Breve reflexão acerca da reforma do ensino médio e seus impactos na formação do estudante. . **XIII EDUCARE Congresso Nacional de Educação**. ISSN 2176-1396. Curitiba, ago. 2017.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, SEED, Paraná, 2011. Disponível em:

<http://www.dvzleonardodavinci.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/10/720/455/arquivos/File/HISTORICO.pdf> > acesso em: 23/ 10/ 2017.

PORTAL DO MINISTERIO DA E

QUEIROZ, M. C. et al. Evolução do Ensino Médio no Brasil. **V Simpósio internacional: O estado e as Políticas Educacionais no tempo presente.** Uberlândia, dezembro. 2009.

RAMOS, F. R. O; HEINSFELD, B. D. S. Reforma do ensino médio de 2017 (lei nº 13.415/2017): um estímulo à visão utilitarista do conhecimento. **XIII EDUCARE Congresso Nacional de Educação.** Curitiba, ago. 2017.

SANTOS, V. C. M. A reforma do Ensino Médio e suas implicações no trabalho docente. **XIII EDUCARE Congresso Nacional de Educação.** ISSN 2176-1396. Curitiba, ago. 2017.

SILVA, F. **Qualidade na educação do Ensino Médio.** Rio de Janeiro, 2012.

TENORIO, G. R; ALMEIDA, V. P. A formação do professor de línguas para o uso das tecnologias digitais da informação de comunicação (tdic): Possibilidades e desafios. Anais Eletrônicos. Seminário Internacional de Educação Superior 2014.







## ENTREVISTA

ENTREVISTA DESTINADA PARA REPRESENTANTE DO NÚCLEO  
REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DIRETORES

Caro diretor (a)

As perguntas listadas abaixo servirão somente para fins de pesquisa, em nenhum momento suas respostas serão julgadas como certas ou errada.

Escola: \_\_\_\_\_

Tempo de trabalho na Docência: \_\_\_\_\_

- 1) Qual a sua opinião sobre o novo Ensino Médio?
  
- 2) Como a escola está se organizando para o novo Ensino Médio?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 3) Quais as principais mudanças que a escola terá que fazer para a adaptação do novo Ensino Médio?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 4) Quais áreas a escola irá ofertar?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 5) A escola admitirá professores com o notório saber?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 6) Quais serão os cursos profissionalizantes ofertados pela escola?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- 7) Quando iniciará o novo Ensino Médio?